

PROCESSO Nº	: 35882/2014
PRINCIPAL	: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA
CNPJ	: 03.918.869/0001-08
ASSUNTO	: CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2014 - DEFESA
GESTOR	: JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA
RELATOR	: CONSELHEIRO DOMINGOS NETO
EQUIPE TÉCNICA	: JÂNIA COSTA ESTEVES SIBELE TAVEIRA DE CARVALHO

Senhor(a) Secretário(a):

O prefeito de São Félix do Araguaia, senhor José Antônio de Almeida, apresentou defesa sobre as Contas Anuais de Governo do exercício de 2014, conforme documento nº 168793/2015 protocolado em 10/07/2015.

Conforme documentos anexados aos autos, a citação do interessado foi realizada por meio do Ofício nº 671/2015, para apresentar defesa no prazo de 15 dias, prorrogado por mais 5 dias, conforme “DECISAO_167894_2015_01”.

O prazo inicial foi determinado pelo recebimento da citação em 24/06/2015, conforme “TERMO_DE_RECEBIMENTO_35882_2014_01”. Diante disso, o prazo final encerrou-se em 14/07/2015, portanto, a defesa é tempestiva.

Assim, passamos à análise das razões apresentadas na defesa:

I - DA ANÁLISE DA DEFESA:

JOSE ANTONIO DE ALMEIDA - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2014 a 31/12/2014:

1) DA02 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVÍSSIMA_02. Ocorrência de déficit de execução orçamentária, sem a adoção das providências efetivas (art. 169 da Constituição Federal; arts. 1º, § 1º, 4º, I, “b” e 9º da Lei Complementar 101/2000; art. 48, “b”, da Lei 4.320/1964).

1.1) Déficit de execução orçamentária no valor de R\$ 617.768,53, contrariando o art. 169 da Constituição Federal. - Tópico - 5.2.3. Resultado da Execução Orçamentária - quociente do resultado da execução orçamentária (QREO)

Síntese da defesa

O gestor contesta o apontamento, pois a equipe técnica analisou tão somente a “receita x despesa”. Alega que não deixou de atender o princípio do equilíbrio de fluxo de caixa, visto existem repasses constitucionais registrados em “créditos a receber”, cujas despesas, empenhadas em 2014, seriam liquidadas no exercício de 2015.

Nesse sentido, cita a Resolução Normativa TCE/MT nº 11/2009, que trata da adoção do regime de competência para o registro das transferências constitucionais, legais e voluntárias. Também apresenta definição dos princípios da competência e da continuidade.

Com fundamento nesses argumentos, apresenta novo cálculo do resultado da execução orçamentária incluindo o valor de R\$ 4.704.442,56 relativo aos créditos a receber. Além disso, demonstra a composição dos valores registrados nessa conta contábil, conforme balancete de verificação constante na fl. 06 do MALOTE_DIGITAL_168793_2015_01.

Por fim, cita o item 9 da Orientação Normativa nº 04/2012 do Comitê Técnico do TCE/MT, que trata das diretrizes para apuração do Resultado da Execução Orçamentária, no qual a penalização do gestor fica afastada quando o déficit for decorrente de atraso ou não recebimento transferências constitucionais, legais e

voluntárias.

Assim, pede o saneamento do apontamento. Ressalta-se que foram juntados comprovantes de recebimento das receitas inscritas em “créditos a receber”.

Análise da defesa

Inicialmente cabe informar que o fato de existirem valores registrados em “créditos a receber”, por si só não afastaria a irregularidade, já que é indispensável comprovar o atraso ou não recebimento dos repasses referentes a despesas empenhadas no exercício.

Assim, além de comprovar o atraso das transferências, é necessário relacionar todos empenhos realizados no exercício, demonstrando sua vinculação aos recursos que não foram recebidos em 2014.

Em relação à receita do FPM, ITR e ICMS cumpre destacar que se trata de repasse regular, pois o ingresso dessas transferências sempre ocorre *a posteriori*. Portanto, para considerar como receita do exercício de 2014 os ingressos ocorridos em 2015 relativos a dezembro/2014 seria necessário excluir os ingressos de janeiro/2014 relativos à competência de dezembro/2013.

Ademais, a Resolução Normativa nº 11/2009 é clara ao estabelecer que o regime de competência para as transferências só produzirá efeito no sistema patrimonial, uma vez que “o efetivo ingresso do recursos será registrado mediante a baixa do direito a receber (ativo) em contrapartida à conta caixa/banco e, a execução orçamentária, por meio das contas de controle próprias” (art. 1º, § 5º).

Portanto, no sistema orçamentário, o registro da arrecadação ocorrerá no momento do efetivo ingresso da receita, conforme determina o art. 35, inc. I, da Lei nº 4.320/64 (regime de caixa).

Assim, não procedem os argumentos de defesa quanto as transferências do FPM, ITR e ICMS.

No que se refere aos Programas da Saúde (transferências da União e do Estado), embora tenha sido constatado o atraso de alguns repasses, não foi possível identificar quais dos empenhos de 2014 teriam sido pagos em 2015 por conta desses recursos, já que a relação de restos a pagar “pagos” (fls. 49 a 54 do MALOTE_DIGITAL_168793_2015_01) não apresenta elementos suficientes para verificar essa vinculação entre receita e despesa.

No que diz respeito aos convênios, constatou-se a necessidade de realizar ajustes(deduções) tanto na despesa, como na receita, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Valor	Observação
Receita a receber do FPM	362.142,26	Trata-se de repasse regular (não cabe ajuste)
Receita a receber do ITR	103.375,89	Trata-se de repasse regular (não cabe ajuste)
Programa SUS - Farmácia Básica	4.784,23	Não foi possível identificar empenhos (sem ajuste)
Programa SUS - PAB Fixo	25.209,33	Não foi possível identificar empenhos (sem ajuste)
Programa SUS - Saúde Bucal	20.070,00	Não foi possível identificar empenhos (sem ajuste)
Programa SUS - PSF	84.865,00	Não foi possível identificar empenhos (sem ajuste)
Programa SUS - PACS Ag. Com.	64.896,00	Não foi possível identificar empenhos (sem ajuste)
Programa SUS - MAC Med e Alta	123.869,41	Não foi possível identificar empenhos (sem ajuste)
Convênio – Construção UPA	280.000,00	Vinculação: 21.544-9 - Projeto 1143 Saldo anterior: R\$ 31.066,78 (Dem. Contas Banco) Valor empenhado: R\$ 405.841,14 (Sistema Aplic) Receita: R\$ 1.120.000,00 (4.1.7.21.33.16 - Anexo 2) Ajuste para menos na receita (R\$ 745.225,64)
Convênio – Defesa Civil	771.000,00	Vinculação: 22.298-4 - Projeto 1133 Saldo anterior: R\$ 388.613,74 (Dem. Contas Banco) Valor empenhado: R\$ 30.000,00 (Sistema Aplic) Receita: 0,00 (Anexo 2) Ajuste para menos na despesa (R\$ 30.000,00)
Convênio – Pavimentação Asfáltica	500.000,00	Vinculação: 20.249-X - Projeto 1122 Saldo anterior: R\$ 0,00 (Dem. Contas Banco) Valor empenhado: R\$ 19.487,00 (Sistema Aplic) Receita: 0,00 (Anexo 2) Ajuste para menos na despesa (R\$ 19.487,00) Obs.: Foram considerados apenas os empenhos pagos com recursos da conta corrente nº 20.249-X
Convênio – Construção de 02 PSF	652.800,00	Vinculação: 22525-8 e 22526-6 - Projeto 1076 Saldo anterior: R\$ 165.681,64 (Dem. Contas Banco)

Descrição	Valor	Observação
		Valor empenhado: R\$ 170.269,57 (Sistema Aplic) Receita: 0,00 (Anexo 2) Ajuste para menos na despesa (R\$ 170.269,57) Obs.: Foram considerados apenas os empenhos pagos com recursos da conta corrente nº 22525-8 e 22526-6
Convênio – Construção de Creche	885.910,70	Vinculação: 22.712-9 – Projeto 1041(Construção de escolas) 1053 (Reforma de Creches) Saldo anterior: R\$ 0,00 (Dem. Contas Banco) Valor: Não houve despesa empenhada em 2014 Receita: 442.955,35 (4.2.4.71.99.00 - Anexo 2) Ajuste para menos na receita (R\$ 442.955,35)
Convênio – Const. Campo de Futebol	73.125,00	Vinculação: 647.215-9 - Projeto 1107 Saldo anterior: R\$ 76.373,49 (Dem. Contas Banco) Valor empenhado: R\$ 74.744,54 (Sistema Aplic) Receita: 48.875,00 (4.2.4.71.99.00 - Anexo 2) Ajuste para menos na receita (R\$ 48.875,00)
Receita a receber do ICMS	103.632,80	Trata-se de repasse regular (não cabe ajuste)
Programas Saúde - Estado	272.192,37	Não foi possível identificar empenhos (sem ajuste)
Convênio – Terminal Rodoviário	376.569,57	Vinculação: 22.163-5 Saldo anterior: R\$ 0,00 (Dem. Contas Banco) Valor: Não houve despesa empenhada em 2014 Receita: 0,00 (Anexo 2) Não cabe ajuste
TOTAL	4.704.442,56	

Diante destas constatações apresenta-se o novo cálculo do resultado da execução orçamentária:

Descrição	Valor
Receita Arrecadada (excluído o resultado do RPPS)	30.297.806,13
(-) Ajuste na receita	1.237.055,99
(=) Subtotal - A	29.060.750,14
Despesa Realizada (excluído o resultado do RPPS)	30.915.574,66
(-) Ajuste na despesa	219.756,57
(=) Subtotal - B	30.695.818,09
Resultado da Execução Orçamentária (A-B)	-1.635.067,95

Do exposto, mesmo que fosse considerado o valor total dos recursos de Programas da Saúde - transferências da União e do Estado (R\$ 595.886,34), sem os devidos ajustes na receita ou despesa, o déficit orçamentário permaneceria.

Portanto, **o apontamento está mantido.**

2) DB08 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVE_08. Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar 101/2000).

2.1) Ausência de cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre em audiência pública na Câmara Municipal, contrariando o artigo 9º, §4º, da LRF. - Tópico - 5.8.1. Audiências públicas

2.2) Ausência de comprovante de publicação para convocação de audiência pública na fase de elaboração do projeto da LOA e ausência de comprovação da realização da audiência pública (art. 48 LRF e art. 44 e art. 4º, inc. III, "f", da Lei nº10.257/2001). - Tópico - 5.8.1. Audiências públicas

2.3) Os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO do 3º e 4º bimestres de 2014 e de Gestão Fiscal - RGF do 2º quadrimestre de 2014 não foram publicados, estando em desacordo com o artigo 48 da LRF. - Tópico - 5.8.2. Publicação de demonstrativos fiscais e atos oficiais.

Síntese da defesa

A defesa apresentou os argumentos quanto aos itens 2.1, 2.2 e 2.3 conjuntamente em razão de se tratar de assuntos semelhantes.

No tocante à ausência de cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre em audiência pública na Câmara Municipal (subitem 2.1), a defesa justifica que as contas foram prestadas aos munícipes junto com apresentação da LOA para o

exercício de 2015 e apresenta o edital convocatório nº 11/2014 para participação dos munícipes na audiência pública.

O gestor argumenta que, com relação à ausência de comprovante de publicação para convocação de audiência pública na fase de elaboração do projeto da LOA e ausência de comprovação da realização da audiência pública (item 2.2), publicou o edital de convocação da audiência pública na fase de elaboração do projeto da LOA de 2015, colacionando o documento à defesa apresentada.

E quanto ao item 2.3 do relatório - os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO do 3º e 4º bimestres de 2014 e de Gestão Fiscal - RGF do 2º quadrimestre de 2014 não foram publicados, a defesa apresenta declarações do 3º e 4º bimestres do RREO.

Ao final o gestor esclarece que cumpriu os princípios da publicidade e da transparência previstos respectivamente no artigo 37, §1º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000.

Análise da defesa

Analisando a defesa em seus 3 subitens tem-se a esclarecer que:

O subitem 2.1. da defesa deve ser mantido pois o gestor apresentou o edital de convocação da audiência pública na fase de elaboração do projeto da LOA referente ao exercício de 2015, e o subitem refere-se a apontamento diverso - ausência de cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre em audiência pública na Câmara Municipal, deixando de cumprir o artigo 9º, §4º, da LRF.

No tocante ao subitem 2.2., o apontamento deve ser mantido pois o gestor apresenta o edital nº 11/2014 de convocação da audiência pública na fase de elaboração do projeto da LOA de 2015 e a publicidade no Jornal Oficial Eletrônico nº 2084 de 21/10/14 contendo a mesma publicidade para discussão da proposta da LOA de 2015, conforme segue:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nº. 11 / 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, Estado Mato Grosso, Sr. JOSE ANTONIO DE ALMEIDA, invocando os princípios da transparência e da publicidade que regem a administração pública, amparado no art. 48 e no seu Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000, informa à população que fará realizar AUDIÊNCIA PÚBLICA, no dia 23 de outubro de 2.014, as 20:00 horas, na Câmara Municipal de São Felix do Araguaia, com o objetivo de discussão da proposta da LEI ORÇAMENTARIA ANUAL – LOA para o Exercício de 2.015 e apresentação da Prestação de Contas referente aos meses de Janeiro a Setembro de 2014 dos recursos recebidos e das despesas realizadas.

São Félix do Araguaia (MT), 17 de outubro de 2014.

E finalmente **o subitem 2.3 deve ser sanado** tendo em vista que o gestor apresentou as declarações de publicidade dos RREO's do 3º e 4º bimestres de 2014 e de RGF do 2º quadrimestre de 2014 no MALOTE_DIGITAL_168793_2015_01 (fls. 10 a 12).

3) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_03. Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).

3.1) Abertura de créditos adicionais por conta de recursos insuficientes (excesso de arrecadação) no valor de R\$ 102.030,65, em desacordo com o art. 43 da Lei nº 4.320/64 e art. 167, V, da Constituição Federal. - Tópico - 4.1.3.1. Alterações Orçamentárias.

Síntese da defesa

Nos termos da defesa, a abertura de crédito adicional por excesso de

arrecadação relativo a receita de convênios é possível, conforme o disposto item 175 do manual de perguntas e respostas do TCE/MT. Também apresenta a Resolução de Consulta nº 43/2008 acerca desse assunto.

Ressalta que os Decretos nº 74 e 79/2014 foram abertos por superávit financeiro, conforme documentos anexados (fls. 17 e 18 do MALOTE_DIGITAL_168793_2015_01).

Assim, afirma que houve um lapso da equipe técnica, pois ao invés de considerar a receita arrecadada, considerou os valores previstos. Além disso, apresenta argumentos utilizados no item 1:

a equipe técnica desta Corte analisou somente a receita x despesas, apontando assim que houve afrontamento ao princípio do equilíbrio de fluxo de caixa estabelecido na Constituição Federal e art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, assim sendo, evidenciamos que nossa gestão não deixou de atender o princípio de caixa contido na Constituição Federal e art. 9º da LRF.

Análise da defesa

No que se refere à questão do equilíbrio orçamentário, cumpre informar que esse argumento não se aplica ao item ora analisado, já que diz respeito à análise dos recursos para abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação.

Portanto, interessa analisar tanto a receita prevista quanto a arrecadada, conforme o disposto no art. 43, § 3º, da Lei nº 4.320/64

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

Assim, não houve equívoco no cálculo do excesso de arrecadação, já que ele consiste na diferença entre a receita arrecadada e a prevista.

No que se refere aos convênios, apesar da informação apresentada quanto aos entendimentos do TCE/MT, nada de concreto foi apresentado, ou seja, quais os decretos que estariam enquadrados naquela situação.

Por fim, a alegação de que os decretos 74 e 79/2014 foram abertos por

superávit financeiro é procedente. Contudo, cabe ressaltar que no arquivo encaminhado ao TCE/MT anteriormente esses decretos constaram como tendo sido abertos por excesso de arrecadação.

Assim, **a irregularidade fica afastada**, porém recomenda-se maior cuidado no envio de informações ao TCE.

4) FC13 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_MODERADA_13. Peças de Planejamento (PPA, LDO, LOA) elaboradas em desacordo com os preceitos constitucionais e legais (arts. 165 a 167 da Constituição Federal).

4.1) A Lei Orçamentária não dispõe sobre as matérias definidas na legislação: ausência da programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso, renúncia de receitas e dos anexos IV a VIII, contrariando o art. 8º e 14 da LRF. - Tópico - 4.1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

4.2) Ausência do demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia e do demonstrativo de medidas de compensação de renúncia de receitas, conforme disposto no § 6º do art. 165 da Constituição Federal e art. 5º II da LRF. - Tópico - 4.1.3. Lei Orçamentária Anual – LOA

Síntese da defesa

O gestor alega que por um lapso de sua equipe técnica os demonstrativos não foram encaminhados ao TCE/MT. Assim, encaminha o “demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia” e “o demonstrativo de medidas de compensação de renúncia de receitas” (fls. 21 a 24 do MALOTE_DIGITAL_168793_2015_01).

Análise da defesa

Os documentos encaminhados não são suficientes para sanar o apontamento uma vez que o demonstrativo regionalizado não apresenta medidas efetivas de compensação. Vejamos:

COMPENSAÇÃO

A estimativa da renúncia da receita decorrente dos benefícios tributários para os anos de 2014, 2015 e 2016, no âmbito dos impostos municipais está destacada no Demonstrativo Estimativa da Receita, conforme preceitua a LRF, em seu Artigo 14, que determina que a renúncia deva ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas e resultados fiscais. Esclarecemos que as renúncias e incentivos fiscais existentes são devidamente contempladas no presente cenário, não afetando assim a meta da receita prevista.

Além disso, o demonstrativo de medidas de compensação de renúncia de receitas também não apresenta qualquer medida de compensação para os valores previstos no demonstrativo em questão.

A mera informação de que houve a previsão da renúncia da receita na LOA e de que não afetará a meta fiscal não é suficiente para cumprir o disposto na LRF, já que devem ser informadas as medidas de compensação.

Ademais, não foram apresentados os seguintes demonstrativos:

- a) Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- b) Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- c) Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
- d) Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (encaminhado, porém incompleto);
- e) Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Do exposto, o apontamento está mantido.

II - CONCLUSÃO:

Após a análise das justificativas apresentadas, conclui-se que **permaneceram** as seguintes irregularidades:

JOSE ANTONIO DE ALMEIDA - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2014 a 31/12/2014

1) DA02 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVÍSSIMA_02. Ocorrência de déficit de execução orçamentária, sem a adoção das providências efetivas (art. 169 da Constituição Federal; arts. 1º, § 1º, 4º, I, “b” e 9º da Lei Complementar 101/2000; art. 48, “b”, da Lei 4.320/1964).

1.1) *Déficit de execução orçamentária no valor de R\$ 617.768,53, contrariando o art. 169 da Constituição Federal.* - Tópico - 5.2.3. *Resultado da Execução Orçamentária - quociente do resultado da execução orçamentária (QREO)*

2) DB08 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVE_08. Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar 101/2000).

2.1) Ausência de cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre em audiência pública na Câmara Municipal, contrariando o artigo 9º, §4º, da LRF. - Tópico - 5.8.1. Audiências públicas

2.2) Ausência de comprovante de publicação para convocação de audiência pública na fase de elaboração do projeto da LOA e ausência de comprovação da realização da audiência pública (art. 48 LRF e art. 44 e art. 4º, inc. III, “f”, da Lei nº10.257/2001). - Tópico - 5.8.1. Audiências públicas

2.3) **Sanado.**

3) Item sanado.

4) FC13 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_MODERADA_13. Peças de Planejamento (PPA, LDO, LOA) elaboradas em desacordo com os preceitos constitucionais e legais (arts. 165 a 167 da Constituição Federal).

4.1) *A Lei Orçamentária não dispõe sobre as matérias definidas na legislação: ausência da programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso, renúncia de receitas e dos anexos IV a VIII, contrariando o art. 8º e 14 da LRF. - Tópico - 4.1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO*

4.2) *Ausência do demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia e do demonstrativo de medidas de compensação de renúncia de receitas, conforme disposto no § 6º do art. 165 da Constituição Federal e art. 5º II da LRF. - Tópico - 4.1.3. Lei Orçamentária Anual – LOA*

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DA QUARTA RELATORIA DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO em Cuiabá, 17/07/2015.

Jania Costa Esteves

Técnico de Controle Público Externo

Sibele Taveira de Carvalho

Auditor Público Externo

Sibele Taveira de Carvalho

Coordenador da Equipe Técnica

Auditor Público Externo